

# Peru: risco de reclassificação

por Paulo Sotero  
de Washington

O presidente do Federal Reserve Board (Fed, banco central dos EUA), Paul Volcker, não gostou da decisão anunciada pelo novo presidente do Peru, Alan García, de limitar o pagamento da dívida do país, neste ano, a 10% do valor das exportações. Na prática, Volcker não acredita que a medida terá qualquer impacto imediato significativo, uma vez que "o Peru praticamente não pagou juros de sua dívida neste ano". Além disso, afirmou, a dívida peruana, de US\$ 14 bilhões, "não é grande o suficiente para criar um problema financeiro geral". O presidente do Fed disse também que não conhece as propostas em detalhes e se limitará, por ora, a esperar para ver como as coisas se desenvolvem.

Volcker acha, no entanto, que a proposta de García não ajudará seu governo a melhorar as já esqueléticas finanças do país. O presidente do Fed afirmou, — na terça-feira, que a pressão dos países latino-americanos no sentido de que as nações industrializadas aumentem seus fundos para assistência e empréstimos a juros baixos, "não parecem ser politicamente realistas". Na véspera, o secretário do Tesouro, James Baker, que representou os Estados Unidos na posse de García, fizera o primeiro reparo oficial à sua posição. Ele disse, numa entrevista coletiva que concedeu durante uma escala na Guatemala, que "as soluções políticas" para a questão da dívida são "contraproducentes".

Para Volcker, o primeiro teste da proposta do líder peruano vai acontecer em outubro, quando as autoridades regulamentadoras de Washington têm reunião marcada para avaliar o crédito dos países devedores de bancos americanos. As autoridades regulamentadoras são o Fed, o Comptroller of the Currency, que está subordinado à Secretaria do Tesouro, e a Federal Deposit Insurance Corporation, que garante os depósitos bancários. Atualmente, o Peru é considerado um devedor "substandard". E, segundo Volcker, só não foi rebaixado para a pior condição, de "value impaired" — equivalente a insolvente —, na última reunião dos regulamentadores, para deixar algum espaço de manobra para o novo governo.

Se o Peru tiver seu crédito rebaixado, hipótese que agora parece mais do que provável, os bancos credores terão de retirar dinheiro de seus lucros para reforçar suas reservas, numa proporção estipulada pelas autoridades. Isso tornaria inviável não apenas qualquer pedido de empréstimo peruano como também a própria chance de os bancos se animarem para um entendimento direto com

García, sem a intermediação do Fundo Monetário Internacional (FMI).

## PREOCUPAÇÃO

Os grandes bancos, por sua vez, demonstram preocupação com a proposta peruana apenas na medida em que ela poderá contribuir para envenenar o ambiente no momento em que começam a se avolumar os sinais de turbulência nas relações de dois grandes devedores — o México e o Brasil — com o FMI. "O Peru, em si, não fará ninguém perder o sono", disse um banqueiro a este jornal. "Se eles quiserem fazer um programa de austeridade por conta própria, como passar pelo Fundo, estamos dispostos a esperar. Se e quando o programa funcionar, se e quando os peruanos tiverem resultados concretos e significativos a apresentar, nós estaremos prontos a conversar. Mas podemos esperar durante muitos meses, como já provamos no caso da Argentina", acrescentou a fonte.

Outra razão provável pela qual os credores não demonstraram inquietação foi revelada pelo New York Times. Segundo o Times, dias antes de tomar posse, Alan García convidou alguns representantes de grandes bancos estrangei-

ros a Lima e alertou-os sobre o tom duro do discurso que faria, esclarecendo, contudo, que se tratava apenas de um discurso e não da posição que o Peru apresentará quando seus representantes se reunirem com o comitê de bancos, em Nova York, nas próximas semanas. A ausência de um representante cubano à reunião sobre a dívida, que o governo de Cuba promove nesta semana, e as farpas lançadas por García contra a proposta do "calote" apresentada por Fidel Castro (leia quadro) reforçaram a impressão dos bancos de que o novo presidente peruano poderá mudar de posição, talvez até mais rapidamente do que o presidente argentino, Raúl Alfonsín, que levou um ano e meio para se converter à austeridade versão FMI.

William Cline, do Instituto de Economia Internacional, um centro de pesquisa de Washington, concorda com essa teoria. Para ele, o feriado bancário decretado por García, na última terça-feira, indica provavelmente que ele adotará medidas de saneamento econômico nas próximas semanas, para chegar com algum cacife à primeira conversa com os bancos.